



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - DÍVIDA PÚBLICA | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 1787/09 | DATA: 14/10/2009 |
| INÍCIO: 14h51min | TÉRMINO: 16h35min | DURAÇÃO: 01h44min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h44min | PÁGINAS: 36 | QUARTOS: 21 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DIRLENE TRINDADE MARQUES – Conselheira Federal do Conselho Federal de Economia.
CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL – Superintendente da Área de Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

SUMÁRIO: Discussão acerca da dívida pública da União, Estados e Municípios, do pagamento de juros da mesma, dos beneficiários desses pagamentos e do seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários desses pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Expediente.

Comunico a V.Exas. que se encontra à disposição na Secretaria da CPI a análise preliminar de outras Comissões do Congresso Nacional sobre o tema do endividamento brasileiro, elaborada pela Sra. Maria Lúcia Fatorelli Carneiro, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, que está requisitada prestando assessoramento a esta CPI.

Aqueles que desejarem, por favor, contactem a Secretaria, que lhes será encaminhada cópia do material.

Ordem do Dia.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tratarmos de fatos relacionados ao objeto da investigação desta CPI, com exposição dos Srs. Cláudio Figueiredo Coelho Leal, Superintendente da Área de Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e Maria Dirlene Trindade Marques, Conselheira Federal do Conselho Federal de Economia — COFECON, e para deliberação de requerimentos.

Convido os Srs. Cláudio Figueiredo Coelho Leal e Maria Dirlene Trindade Marques a tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos senhores presentes para os seguintes procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para suas considerações.

O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para tecer suas considerações, computado nesse tempo o prazo para as respostas dos expositores.



Parece que o requerente da matéria é o Deputado Luiz Carlos Hauly. Peço à Secretaria que o informe do início dos trabalhos.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para tecer considerações, computado nesse tempo o prazo das respostas dos expositores.

Com a palavra a Sra. Maria Dirlene Trindade Marques.

Solicito ao Deputado Paulo Rubem Santiago que assuma a Presidência, porque eu terei de me ausentar por alguns minutos para me manifestar no Grande Expediente, no plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Concedo a palavra à Sra. Maria Dirlene Trindade Marques, Conselheira do Conselho Federal de Economia.

A SRA. MARIA DIRLENE TRINDADE MARQUES - Cumprimento a Mesa e o Plenário, representado aqui pelos militantes dos movimentos sociais.

Estou aqui representando o sistema COFECON/CORECON. Seguramente, eu não sou a melhor pessoa do sistema para falar sobre esse tema. Aqui, inclusive, temos pessoas mais habilitadas, como o Rodrigo Ávila, que é do sistema e que hoje assessora esta Casa. Seguramente, ele tem melhores condições para estar expondo sobre esse tema. Mas como hoje sou Conselheira Federal, então estaria falando em nome do sistema.

Bem, é claro que para poder falar sobre a crise, sobre as dívidas, temos de situar o problema da crise do capitalismo hoje, que é uma situação que tem estado presente na fala e na interpretação de toda a sociedade brasileira. Desde os militantes do movimento social, à imprensa e ao Congresso, todos centram esta discussão hoje.

É claro que esta crise se apresenta com várias facetas. Tem a crise financeira, a crise social, produtiva, climática, alimentar... Mas é uma crise que, neste caso, inicia-se no coração do sistema e vai se espalhar por todo o mundo capitalista.

Podemos comparar essa crise atual com a crise dos anos 1930, sendo que ela é muito mais profunda. Na crise dos anos 1930, boa parte da humanidade ainda não era regulada pelo capital. Apenas em torno de 80% da humanidade estavam sob a égide do capitalismo e que, portanto, vão sofrer essa crise. Tinha uma parte



que estava implantando o socialismo e tinha uma outra grande parte que era a população rural. Com a globalização, você vai uniformizar todo o controle do capital pela humanidade.

Aquela crise se apresentou como uma forte concorrência intercapitalista, levando a uma intensa concentração do capital. É claro que, com isso, também a financeirização vai ser a resposta encontrada pelo sistema para poder viabilizar a continuidade da acumulação. A situação atual leva isso aos paroxismos, tanto que nós temos hoje circulando 4 vezes mais de capital financeiro pelo mundo, em relação ao PIB.

Além de tudo, essa crise vai encontrar os trabalhadores fragilizados na sua organização, após décadas de crescimento do desemprego, da desvalorização salarial, do estímulo ao individualismo e à competitividade.

Na realidade, este é o grande momento que estamos vivendo, quando os trabalhadores vão engrossar o exército industrial de reserva, somando-se aos mais de 190 milhões de desempregados e aos cerca de 1 bilhão e 300 milhões de trabalhadores pobres em nível mundial. Isso sem considerar os milhões de excluídos do próprio sistema.

Essa crise vai apresentar um dado novo, que é a questão ambiental e energética. É claro que a anarquia da produção, que levou a esse paroxismo dessa produção, vai acelerar a dilapidação dos recursos naturais, intensificando a poluição e o desperdício.

O declínio da taxa de reposição do capital natural põe cada vez mais em contradição a capacidade de regeneração do meio natural e as necessidades de alimentação da acumulação capitalista. E isso numa situação em que aumenta a dependência das matérias-primas no centro do capitalismo, o que tem levado à progressiva recolonização da periferia, à militarização das relações internacionais e à guerra.

Mas sabemos que também a crise é o instante em que o velho não morreu e o novo não nasceu. Portanto, ela pode trazer algo de novo. É o instante que, apesar do imenso sofrimento humano que ela acarreta, ela pode fazer alguns avanços.

Podemos, assim, sair dessa crise numa situação muito melhor do que a de que quando entramos. Isso aconteceu nos anos 1930, quando Getúlio Vargas



realiza a auditoria da dívida, caindo a dívida externa pela metade, além de ter conseguido condições muito favoráveis para a renegociação do pagamento dos juros.

Essas condições possibilitaram que o Brasil pudesse passar de um modelo agroexportador para um modelo urbano/industrial, orientado pelo modelo cepalino.

Aqui, a questão que fica para nós é a seguinte: será que vai ser possível conseguirmos aproveitar essas circunstâncias para buscar um modelo alternativo, onde pudéssemos, portanto, romper com a dependência, com a injustiça social, criando melhores condições para o crescimento de nosso País?

Essa, para nós, é a grande questão colocada.

É, portanto, nesse contexto que estamos discutindo a CPI que aqui está funcionando. Acho que nesse sentido a CPI vai ser fundamental. E é uma CPI que vem realizar o que está no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ela também pode trazer e vai responder a um aumento da transparência, fornecendo à sociedade brasileira todas as informações sobre os diferentes acordos, sobre a relação entre as dívidas externa e interna, sobre o significado dessas dívidas. Mostrar à sociedade brasileira os prejuízos ou ganhos ocorridos quanto às diferentes operações aqui realizadas pode ser um papel fundamental nesta CPI.

Ela vem também mostrar à sociedade brasileira o significado das renegociações e das diferentes operações com os seus diferentes prazos, com o custo gerado, quem vai ser o credor e o devedor, as cláusulas restritivas aqui apresentadas, para que assim possamos hierarquizar as suas prioridades e entender o que foi ali realizado.

Pode também mostrar a toda a sociedade como se deram os juros na renegociação e como foram feitos os contratos novos. Como também tem acontecido a cobrança de juros sobre juros, como foi já denunciado no relatório apresentado pelo Senador Fernando Henrique, em 1987.

Esta CPI, como ela está, pode tornar transparente toda a situação do endividamento. Cria uma facilidade para se ter um tratamento diferenciado para o grande, o médio e o pequeno investidor, caso se queira fazer uma política que possa tratar diferenciadamente cada um desses investidores.



Bem, com todas essas informações colocadas publicamente, ela pode criar uma situação extremamente favorável ao Governo para viabilizar uma renegociação com os credores.

Eu acredito, portanto, que esta CPI vem passar a limpo a história do endividamento brasileiro, criando as condições para mudar a relação do Estado no seu tratamento com as dívidas interna e externa, melhorando a sua capacidade de negociação e evitando situações ocorridas ao longo de toda a história.

Podemos aqui citar algumas dessas situações, mas, em especial, vamos trabalhar com o que tem acontecido mais recentemente, apenas para mostrar que uma CPI como esta vai poder criar as condições para essa melhor possibilidade de renegociação.

Em 2006, houve recompra dos títulos estrangeiros com o argumento, dado pelo Governo, de garantir a confiança dos mercados. No entanto, é visível para todos aqueles que acompanham a situação da economia que se vendiam títulos com juros, que variavam de 4 a 6% ao ano, e se emitiam novos títulos com juros acima de 8,5%. Qualquer um que quiser pode calcular o que isso representou em perdas para o povo brasileiro. Foram bilhões de reais apenas nessa diferença.

Podemos também colocar a discussão do *swap* reverso, que é a troca da dívida interna indexada ao dólar por uma dívida interna indexada aos juros brasileiros, que são os juros mais altos do mundo.

Além disso, nós temos de também questionar por que aqui no Brasil se mantém a mais alta taxa de juros do mundo. Essa é uma discussão, uma questão fundamental para entendermos a situação hoje das dívidas interna e externa.

Como explicar também que, enquanto os bancos comerciais registram as maiores taxas de lucros de sua história, o Banco Central vai obtendo grandes e amargos prejuízos?

Nesse sentido, a CPI é um instante privilegiado para abrir todas as contas, entender a lógica de todo esse processo e interferir nos rumos da economia brasileira. Por isso, quero aqui cumprimentar os Srs. Deputados que podem fazer história com esta CPI. Podem, como nossos representantes, discutir e tornar pública não só a legalidade das dívidas, mas, mais do que isso, dizer se há legitimidade nos acordos e contratos realizados, se foram contra os interesses do povo brasileiro e se



houve má gestão nessa situação. Enfim, nós temos que aqui, com esta CPI, buscar responder a uma questão fundamental para todos nós: a quem servem estes acordos?

Queria, portanto, cumprimentar toda a militância do movimento social aqui presente e os Deputados, torcendo para que de fato esta CPI possa vir a fazer história, retomando e recuperando toda essa situação que foi aqui citada.

Obrigada pela atenção. Cumprimento a todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Obrigado, Dra. Maria Dirlene Trindade, Conselheira Federal do Conselho Federal de Economia.

Passo a palavra agora ao Sr. Superintendente da Área de Crédito do BNDES, Cláudio Figueiredo Coelho Leal, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - Boa tarde a todos. Sou Cláudio Figueiredo Coelho Leal, Superintendente da Área de Crédito do BNDES. Desejo, em nome do BNDES, sucesso aos trabalhos da Comissão.

A minha apresentação aqui tem por objetivo trazer subsídios e algumas informações que eu espero sejam úteis para este trabalho. Portanto, os senhores rapidamente vão perceber que é um recorte muito particular da ação do BNDES no financiamento ao setor público, e aqui setor público entendido num sentido mais amplo, pegando-se não só a Administração Direta, mas também as empresas estatais não dependentes, que, via de regra, são os clientes mais comuns do Banco. Mas, nos termos da legislação, eles integram esse agregado do setor público.

O BNDES — isto vai ficar claro na apresentação que vou passar a seguir —, começou a operar com mais intensidade junto ao setor público nos anos mais recentes. E isso tem razões muito claras. Quer dizer, primeiro, a própria dificuldade, a própria incapacidade de endividamento do setor público no período de alta inflação impedia que, sob o ponto de vista do risco de crédito, o BNDES e, a rigor, qualquer banco comercial pudessem fazer operações de crédito consideradas satisfatórias do ponto de vista do crédito.

Por outro lado, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, foram definidos parâmetros de endividamento, que passaram a ser importantes na mensuração e na precificação desse risco, dando graus de segurança e de tranquilidade para que as instituições financeiras viessem a assumir operações de crédito.



(Segue-se exibição de imagens.)

Em paralelo, a Resolução nº 2.827, do Conselho Monetário Nacional, define limites de endividamento do setor público. Esses limites, inclusive lá no Banco a gente brinca que na verdade são aqueles limites que constituem a fila. A fila, na verdade, estabelece um limite máximo de endividamento global do setor público. E esse limite, ao longo do tempo, foi sendo flexibilizado por conta de programas específicos. E para esses programas específicos, a atuação do BNDES foi muito intensa. E é isso que os dados vão mostrar. Eu posso citar um programa que tem cerca de 2 ou 3 anos, voltado especificamente para municípios, que é o Programa Caminho da Escola. O Programa Caminho da Escola, que ainda existe, tem por objetivo a aquisição de veículos escolares por municípios. Isso foi feito por um pregão eletrônico do MEC. Era um programa, salvo engano, que tinha um orçamento de 3 bilhões de reais, um programa absolutamente bem-sucedido sob todos os aspectos, porque eram ônibus padronizados. Então, para programas desse tipo foi feita uma exceção na Resolução nº 2.827, para se permitir endividamento suplementar

Um programa semelhante a esse teve o nome lá no Banco de PRÓ-MOB. Era um programa voltado para a aquisição de máquinas e implementos de construção para intervenções em vias urbanas, também destinado a municípios.

São programas muito interessantes, porque com uma só ação se atingiam 2 objetivos. Um era, evidentemente, permitir que o setor público assumisse um financiamento em condições adequadas, do ponto de vista do pagamento do crédito, e, portanto, atingindo o fim do programa. No caso do Caminho da Escola, a melhoria do transporte escolar; no caso do PRÓ-MOB, a melhoria das pavimentações nas vias urbanas. Ao mesmo tempo em que também se incentivava e se estimulava a produção da indústria de máquinas. No caso do Caminho da Escola, a indústria fornecedora, fabricante de ônibus; e, no caso do PRÓ-MOB, a indústria de máquinas e equipamentos.

Então, por que eu estou citando isso? Todas essas ações tinham e têm muito a ver com a missão, com o papel do BNDES de financiar atividades que promovam o desenvolvimento e ao mesmo tempo em que aumentem a oferta e a capacidade produtiva da economia na indústria.



Esses 3 programas que estou apresentando aqui são programas mais recentes. O primeiro deles é o PEF — Programa Emergencial de Financiamento para Estados. E aqui vale a pena a gente debater um pouco sobre esse PEF.

O BNDES foi chamado, como os bancos públicos de modo geral, a ocupar um espaço, nesse período imediatamente após a crise de setembro de 2008, ocupar um espaço que os bancos privados não quiseram, não puderam ocupar. Não é novidade para ninguém que houve uma retração violentíssima do crédito, e a essa retração se procurou contra-atacar com o avanço do crédito pelo setor público. E o Programa Emergencial de Financiamento para Estados é um programa que, como o próprio nome sugere, emergencial. Ele teve por objetivo compensar a queda das transferências dos fundos de participação dos Estados em função da crise econômica. Então, isso aí foi um cálculo que o Tesouro fez. Quer dizer, houve a queda de transferência. Essa queda foi, digamos assim, fotografada. E para cada Estado foi alocado um percentual de compensação, e essa compensação se dá — eu digo se dá porque o programa vigora até 31 de dezembro — por meio de financiamento do BNDES, em condições também adequadas de prazo e custo, tendo, portanto, uma papel claramente anticíclico. E devo dizer aos senhores que esse programa vem tendo uma aceitação excelente por parte dos Estados e uma demanda que chegou a surpreender o banco.

Os outros 2 programas, que são o PMAE e o PMAT, estes também são programas que a Resolução nº 2.827 admite como exceção, e têm por objetivo exatamente modernizar a arrecadação tributária. O PMAT é o Programa de Modernização da Administração Tributária para Municípios e o PMAE é a mesma coisa para Estados.

Esse programa já existe há bastante tempo, também muito exitoso, e tem o objetivo, que claramente tem tudo a ver com as missões do BNDES, de modernizar a Administração Pública, capacitar Secretarias Municipais ou Estaduais de Fazenda e demais Secretarias, para modernizar a gestão.

Aqui vemos simplesmente uma abertura desses programas.

Já foram desembolsados 2 bi e meio nesses 3 programas — 2 bi e meio ao longo da existência dos programas. E há cerca de 3 bi ainda a desembolsar. E nesse a desembolsar incluem-se operações que estão em diversos níveis de



tramitação lá no banco, seja em análise, sejam operações já aprovadas, algumas em perspectiva. Então, eu acho que são números interessantes para subsidiar os trabalhos da Comissão.

Aqui é só a distribuição. O PEF realmente tem valores maiores. Em número de operações, certamente o PMAE e o PMAT são programas mais numerosos.

Aqui, o estágio de tramitação, como eu havia mencionado.

A seguir vemos tabelas com a distribuição regional. Isso pode ser do interesse dos senhores. Então, Norte e Nordeste. Aqui está só o Nordeste. Reparem, por exemplo, o Ceará já com 300.

Pode ir passando.

Aqui é Centro-Oeste, Nordeste. Região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Cláudio, quero sugerir que você chegue um pouco mais para cá.

O SR. CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - É porque estou muito à frente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Não, é para o microfone melhor captar o som, senão não grava tua fala. *(Pausa.)*

O SR. CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - Pode passar o último, por favor.

Região Sudeste. Isto aqui são operações contratadas nesses 3 programas que eu estou mencionado. A Região Sul.

Aí, vem o que eu estava falando. Vem a evolução das operações do BNDES com o Setor Público nos últimos 12 ou 13 anos. Então, os senhores podem observar como, a partir de 2002... A Lei de Responsabilidade Fiscal é de 2001? *(Pausa.)* De 2000. Então, a partir desse período observa-se que o crescimento do financiamento é visível.

Eu chamo a atenção dos senhores neste quadro para o cabeçalho. Ali está sem a PETROBRAS, porque o financiamento que o BNDES fez para a PETROBRAS este ano, financiamento público, todo mundo tem notícia disso, foi um financiamento que iria distorcer toda a estatística, porque foi um financiamento de 25 bilhões de reais. Foi a maior operação de crédito da história do BNDES. E não faz



sentido comparar com o que a gente está fazendo aqui, com o que a gente está mostrando aqui.

Então, observem que, em 2008, por exemplo, foi o recorde de operações de contratadas com o Setor Público pelo BNDES. Foram quase 6 bilhões e 400 milhões sobre um desembolso total do banco de 92. Quer dizer, então, embora sejam números expressivos, números absolutos, a gente tem plena consciência de que o financiamento ao Setor Público, além de ter as limitações legais, provavelmente não vai ser jamais majoritário nos desembolsos do banco, apesar de os números virem crescendo ao longo do tempo.

Aqui é um recorte do quadro anterior, em que a gente expressa apenas o financiamento à Administração Direta estadual e municipal. Então, nesse quadro estão aqueles programas que eu havia mencionado: PMAE, PEF e PMAT.

O próximo segrega. Na verdade, estou desagregando cada vez mais. Aqui são só Municípios. Aqui são só os Estados. Eu acho que são informações importantes para os trabalhos da Comissão. Depois, se os senhores tiverem necessidade, a gente pode até fazer outro tipo de desagregação.

O próximo quadro mostra especificamente o PMAT, que é o programa que eu mencionei, de Modernização de Administração Tributária Municipal. E o seguinte mostra o PMAE. E o PEF, como a gente havia visto, é um programa emergencial concentrado no tempo, com contratações de cerca de 1 bilhão e 600 até agosto.

O PMI é o Programa Multisetorial Integrado. É um programa que tem por objetivo financiar intervenções localizadas em uma determinada região. É como se fosse um pacote de financiamento para diversas intervenções. Então, são projetos estruturantes. E isso teve um valor bastante significativo no ano passado.

No quadro seguinte, aparecem as contrações do PAC. Aqui é importante — para que eu mesmo não me confunda —, aqui já entra a PETROBRAS. Então, nos 25 bilhões... Aqui já estamos falando de Setor Público no conceito que vai além de Administração Direta.

Apenas um retrato de Norte e Nordeste, que é um das prioridades do banco, prioridades explicitadas no seu planejamento corporativo e reiterada frequentemente pelo nosso Presidente, Luciano Coutinho, como sendo uma prioridade para o BNDES desenvolver e fomentar projetos na Região Norte e Nordeste.



O quadro final, com este mapa, apresenta apenas uma amostra de projetos significativos com o Setor Público que vão além daqueles relacionados com o PMAE e o PMAT. Então, podemos mencionar ali como aqueles realmente muito grandes, a Refinaria Abreu de Lima, em Pernambuco, 10 bilhões. Foi um financiamento da PETROBRAS. Os próprios 15 bilhões no Rio de Janeiro, Metrô, Linha 2.

Aqui entram projetos do PAC, saneamento, infra-estrutura urbana. Por exemplo, lá no Acre, foi um projeto de 650 milhões que tem esse caráter que eu havia mencionado estruturante de diversas intervenções agrupadas no mesmo financiamento. O Gasoduto Coari/Manaus também teve grande financiamento do banco.

Aqui também estão mencionadas algumas operações de PEF de valor mais expressivo. Enfim, este é o resumo: uma amostra da ação do BNDES no financiamento ao Setor Público. De novo, uma ação regulada por uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que impõe limites a esse endividamento e que, aliás, impõe limites ao próprio BNDES, porque a mesma resolução estabelece que nenhum banco pode ter mais de 45% do seu patrimônio comprometido com operações de crédito com o Setor Público.

Esses 45%, no caso do BNDES — o patrimônio do BNDES é alguma coisa em torno de 40 bilhões de reais —, dão uns 20 bilhões. Aí poderia ocorrer a pergunta: Mas só a PETROBRAS já foram 25. Para a PETROBRAS saiu uma resolução específica que dá um tratamento à parte.

De qualquer forma, a gente vai ter um limite definido por essa resolução. As operações com o Setor Público são operações garantidas por receitas vinculadas dos fundos de participação. São garantias líquidas. Embora não seja o caso de entrar em detalhes, a experiência de crédito do BNDES com o Setor Público é uma experiência muito bem-sucedida no que se refere a níveis reduzidíssimos ou praticamente inexistentes de inadimplemento.

São operações que têm um fluxo de aprovação usual no banco, quer dizer, não há nenhum tratamento diferenciado pelo fato de ser Setor Público. E eu acho que seria interessante mencionar para os senhores que provavelmente o banco deve aumentar a ação de financiamento ao Setor Público por conta de 2 fenômenos que não são contraditórios.



O primeiro, porque o investimento público assumiu efetivamente um papel contracíclico na crise e é por ali que a economia aos poucos vem retomando os níveis de atividade. Segundo, porque se anunciam aí pacotes muito grandes de investimento, e vou mencionar apenas 2: Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas, que deverão solicitar, ao lado de engenharias financeiras mais criativas que envolvam financiamentos de concessões, PPPs etc., envolverão, provavelmente, também financiamento direto a Setor Público, seja nas arenas esportivas. Já há um grupo de trabalho no BNDES tratando especificamente da Copa de 2014. Em breve deverá ser reunido também grupo para tratar do projeto das Olimpíadas de 2016.

Esse é o resumo da apresentação. Eu fico à disposição para perguntas e também à disposição da Comissão para informações que os senhores julgarem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Pedro Fernandes, que aqui exerce a Relatoria.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dizer que estou substituindo o Deputado Pedro Novais, que ficou impedido de hoje participar desta reunião.

Eu queria parabenizar a Sra. Maria Dirlene Trindade Marques pela sua expectativa quanto à CPI e o otimismo que demonstrou do resultado desta CPI. E V.Sa. trouxe para nós 2 pontos que eu acho importantes — pena que o autor do requerimento não está presente — e que me parece que nós poderemos levar muito em consideração.

Primeiro, é a recompra dos títulos. Trocar títulos de 4 a 6 por mais de 8 é algo suspeito, é algo que a CPI tem que focalizar. Então, quero registrar isso como uma possibilidade de examinarmos quem, na Administração, participou das trocas desses títulos, de 4 títulos, para 8%.

O segundo ponto que eu acho importante, que V.Sa. tocou, é a troca da dívida, da externa pela interna, e atrelando à Taxa SELIC, que é o melhor dos mundos aí. Nós fomos a estratosferas com essa Taxa SELIC. E me parece que aí é que é o gargalo disso que a CPI está procurando.



Então, recomendarei ao Relator, Deputado Pedro Novais, que observemos esses 2 fatores que V.Sa. traz à luz nesta CPI: a recompra dos títulos, que eu acho que é um problema sério; e a troca da dívida externa pela dívida interna, atrelada à SELIC, que está sob o controle de poucos.

No mais, V.Sa. coloca uma coisa importante: esta CPI deveria buscar a transparência em todas essas operações e, quem sabe, sugerir uma auditoria. Ah, se acontecesse o que houve na época de Getúlio, quando se reduziu pela metade! Acho que os brasileiros ficariam realmente contentes com isso.

Então, acho que a participação do Conselho de Economia atingiu os seus objetivos.

Quanto à questão do BNDES, aqui representado pelo Dr. Cláudio Figueiredo Coelho, devo dizer que ele fez um comercial aqui do BNDES. E não foi isso que a CPI quis. Eu mandei buscar o requerimento do Sr. Luiz Carlos Hauly, que solicitou esta audiência pública, o qual vou ler para os senhores:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro a V.Exa. a adoção das providências necessárias ao convite do Sr. Luciano Coutinho para apresentar seus comentários sobre a questão afeta à CPI em pauta.

Justificação. O atual Presidente do BNDES foi também membro do alto escalão do Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo José Sarney e ainda exerceu funções de consultor da chamada “Nova República”, que analisou a questão econômica no período da transição democrática em 1985, sendo necessário conhecer o seu pensamento sobre o tema analisado pela CPI da Dívida Pública.”

Então, não há nada, absolutamente nada, do foi apresentado pelo Sr. Cláudio Figueiredo Coelho Leal, a não ser que ele nos deu conhecimento de bons programas que estamos realizando, como transporte, o Caminho da Escola, etc.

O que, talvez, devêssemos saber do BNDES — mas eu não farei essa pergunta a ele, só quero registrá-la — é como se deu aquele dinheirão todo do



BNDES para as privatizações na grande época de 1994, por aí. Mas não vamos fazer essa pergunta.

Então, parece-me que ficaria prejudicada aqui a fala porque ela era muito própria do Luciano Coutinho, que não pode ser substituído nesses assuntos que foram arrolados aqui.

Então, agradeço a presença do representante do BNDES pelo esforço de vindo até aqui, mas que não acrescentou nada, do meu ponto de vista, à CPI.

E ficam registrados aqui os meus aplausos para o Conselho de Economia.

Acho que encontramos um foco. E aí rendo minhas homenagens à senhora porque não vejo esse otimismo nem essa expectativa nesta CPI, fazendo uma autoavaliação. Dada a frequência dos Srs. Deputados, membros desta CPI, dá para se notar quão grande é o silêncio de S.Exas. nesta Casa.

Mas fica aqui, acho, 2 vetores importantes, repito: a questão da recompra dos títulos, pois trocamos títulos de 4% a 6% pelos de 8% — acho que isso é uma questão que deveríamos colocar —, e a troca da dívida externa pela interna, indexada à SELIC, que deu esse *spread*.

Então, era essa a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Gostaria de deixar aqui uma pergunta que certamente deveria ser feita ao Presidente do BNDES, que foi convidado pelo requerimento de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly. Mas se não for possível termos essa resposta, vamos insistir, porque ela está relacionada à pergunta que vamos fazer sobre uma das lógicas que pautam a constituição desta CPI, qual seja, entre outras questões, investigarmos o que faz com que a dívida se eleve, tanto em valores monetários quanto em percentual do PIB. E recentemente assistimos a emissão, pela União, de um total de títulos da dívida mobiliária na casa de 100 bilhões para que o BNDES pudesse operar um programa de financiamento às empresas.

Isso, evidentemente, constituiu em incremento no estoque dessa dívida, com uma peculiaridade: os títulos emitidos têm sua remuneração indexada à SELIC, enquanto o BNDES recebe das empresas uma taxa de juros, hoje talvez algo em torno de 2% a 2,5%, 2,75% abaixo do que é pago pelos títulos com a taxa SELIC.



Eu consultaria o representante do BNDES se tem condições de responder qual é a natureza desse programa de empréstimos financiado com a emissão de títulos públicos, se o BNDES ficou com os títulos públicos, se os vendeu no mercado para obter recursos financeiros para a realização desses empréstimos, e se o representante do BNDES tem conhecimento aqui e se pode discorrer sobre um documento entregue pela sociedade civil ao Presidente do BNDES em 2007, a Plataforma BNDES, cobrando transparência, cobrando aproximação da sociedade em relação às operações de crédito que são praticadas pelo BNDES.

Então, em síntese, a primeira questão: o que fez o BNDES com os 100 bilhões de títulos que foram emitidos pela União para capitalização do banco e qual a natureza dos empréstimos que foram beneficiados com esse aporte, já que há uma diferença evidente nas taxas de juros cobradas pelo BNDES, a TJLP e a SELIC, já registrando aqui essa diferença.

E, por fim, se há conhecimento dessa plataforma, que foi entregue há 2 anos, e se o BNDES respondeu ou teria algo a responder no tocante à transparência e à maior participação da sociedade na definição das empresas financiadas pelo banco. Eu apenas ilustro esta pergunta com matéria publicada semana passada no jornal *Folha de S.Paulo*, que tem como principal protagonista o grande conglomerado do setor frigorífico, o JBS, grande conglomerado, hoje internacionalizado. Alguns de seus controladores declaram de público que, se não fosse o BNDES, essa empresa não teria chegado a essa capacidade de presença no mercado internacional do setor que representa.

Então, qual é a condição que tem o representante do BNDES para nos responder, se não nós vamos reiterar a pergunta especialmente ao Presidente do BNDES, que teremos muito prazer em receber aqui numa outra oportunidade, já que ele não pôde vir para esta ocasião.

Eu convido o Deputado Haully para, logo em seguida, assumir a Mesa, em função de uma audiência que nós temos. Mas não precisa se aperrear, não, e vir agora, agora. Daqui a 5 minutos eu terei o prazer de passar a Presidência dos trabalhos a V.Exa.

Passo a palavra então ao representante do BNDES.



O SR. CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - Bem, eu peço desculpas pela ausência do Presidente. De fato ele solicitou que eu comparecesse à Comissão e abordasse os aspectos relacionados ao financiamento ao Setor Público, que me parece ser de fato o objeto dos trabalhos.

Com relação aos 2 pontos levantados, se eu estou pensando que é a mesma coisa, de fato há um requerimento, uma carta encaminhada ao Presidente no ano 2007. Salvo engano era alguma coisa relacionada à transparência das operações de crédito. O Presidente recebeu essa comissão, e devo dizer aos senhores que isso acabou sendo muito útil para que o BNDES aumentasse o nível de transparência das suas informações de crédito, coisa que na verdade sempre houve. Mas foi possível aperfeiçoar alguns mecanismos de divulgação dessas informações, operações contratadas, características que permitem à sociedade rapidamente se informar a respeito das operações de crédito.

Com relação ao empréstimo do Tesouro, como eu havia dito, o BNDES — eu não trouxe esses números aqui —, o orçamento do BNDES vem crescendo muito nos últimos anos, e isso em parte explica ou é resultado do próprio crescimento da economia. A verdade é que o BNDES estava chegando num limite da sua capacidade de empréstimo, por conta da limitação do seu próprio patrimônio. Como banco regulado pela regra de Basileia, já estávamos atingindo uma alavancagem que impediria o BNDES de dar prosseguimento a financiamentos importantes para o País. E talvez não seja do conhecimento dos senhores, mas boa parte do resultado recente do Tesouro tem a ver com distribuição de dividendos do BNDES. Então, o BNDES, além de estar atuando como suporte ao financiamento, ao desenvolvimento da economia, vem fazendo isso com geração de resultados, e resultados que são em parte transferidos ao seu acionista controlador em valores bastante expressivos — bastante expressivos.

O empréstimo do Tesouro nesse valor veio nesse contexto. Quer dizer, foram 100 bilhões. Eu de fato não vou saber aqui em detalhes qual é o custo total desses empréstimos, mas é importante dizer o seguinte: os empréstimos do BNDES não são somente empréstimos à TJLP. As fontes de recursos do BNDES são oriundas do FAT; do retorno dos empréstimos; do giro da sua carteira de renda variável, de ações; de captações a mercado que eventualmente faz por meio de emissões de



debêntures e, mais recentemente, por empréstimos do Tesouro. Essas fontes todas compõem um aglomerado de recursos que são repassados nas mais diversas moedas.

A gente até brinca lá no BNDES que a TJLP é a moeda rara. Então, a TJLP, na verdade, é reservada para não todas as operações. E operações que são remuneradas à TJLP são operações priorizadas, por exemplo, operações com micro, pequenas e médias empresas, operações realizadas na... Enfim, é um conjunto de operações priorizadas que recebem TJLP.

Parte desses 100 bilhões de reais que vieram sob a forma de empréstimo do Tesouro foi repassada à PETROBRAS nesse empréstimo de 25 bilhões de que eu falei, na forma de títulos mesmo. Sendo uma quantia muito elevada, a possibilidade de monetização desses títulos tem que ser feita aos poucos. Ninguém que receba títulos vai ao mercado, nesse valor, e vende e consegue monetizar. Isso vai ser feito pela própria PETROBRAS à medida que os investimentos forem progredindo. Eu acho que esses foram os 2 pontos abordados pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Eu passo a palavra à representante do Conselho Federal de Economia.

A SRA. MARIA DIRLENE TRINDADE MARQUES - Eu queria comentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Antes, se me permite, convido para assumir os trabalhos o Vice-Presidente, Deputado Hugo Leal.

A SRA. MARIA DIRLENE TRINDADE MARQUES - Bem, vou fazer um comentário sobre a fala do Deputado Pedro Fernandes, primeiro, quanto ao otimismo, de fato, porque eu acredito que aqui é a Casa do povo, que está nos representando, e é um papel fundamental desta Casa do povo tornar transparente para toda a sociedade, para todos aqueles que a elegeram que possa desnudar todo esse procedimento. E aí nada mais apropriado do que a CPI fazer todo o levantamento das informações que estão seguramente nos arquivos dos bancos e nos arquivos do Governo para que a gente possa entender esse processo. Além disso, sabemos que boa parte dessas questões passam — deveriam passar — pela aprovação aqui do Congresso, e que boa parte desses acordos não passaram aqui. Então, isso também é uma discussão sobre o papel do Congresso dentro do Estado brasileiro.



A outra questão é sobre a transparência. Eu acredito que essa questão de que a sociedade brasileira hoje está extremamente envolvida com falas como *“Acabou a dívida do Estado, em especial a dívida externa”*, nós temos que fazer essa discussão. E esta CPI propicia isso, propicia abertura para discutir o que é a dívida externa, o que é a dívida interna, como elas se relacionam e que tipo de papel isso pode ter sobre o desenvolvimento, sobre o emprego, sobre a situação de renda do povo brasileiro. Então, é nesse sentido que eu tenho otimismo com esta Casa.

Eu acho que, na hora em quem os Deputados entenderem essa importância e esse papel, eles também vão estar aqui presentes fazendo essa discussão conosco.

Além disso, só complementando, o Conselho Federal de Economia se coloca à disposição desta CPI para qualquer outro tipo de discussão e informação necessária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Respondidas as manifestações do Relator *ad hoc*, Deputado Pedro Fernandes, agradeço aos convidados e passo a palavra imediatamente ao autor do requerimento, Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, senhora convidada, Maria Dirlene Trindade Marques, do Conselho Federal de Economia, do qual sou filiado, no Paraná, Cláudio Figueiredo, representante do BNDES, na verdade, quando nós propusemos a audiência, gostaríamos de ouvir a opinião dos conselhos, na pessoa dos Presidentes dos conselhos. Infelizmente não tivemos a oportunidade de ter o Presidente do BNDES nem os Presidentes dos conselhos, dos de contabilidade e outros, FENACON, etc., para que pudéssemos ter a presença para um tema da maior importância.

Sem dúvida alguma, não pude estar presente na apresentação porque estava presidindo, como 1º Vice-Presidente, a Comissão Especial que analisou há pouco o projeto das tarifas sociais de energia elétrica. Em função de o Presidente da Comissão estar acamado, foi-me solicitado, como 1º Vice-Presidente. Por isso não pude participar da apresentação preliminar de V.Sas.

Então, deixo bem clara a minha disponibilidade de estar aqui com vocês debatendo este tema da maior importância.



Quero enfatizar que a assessoria nos apresentou a posição da Sra. Maria Dirlene de que realmente a dívida externa era muito mais barata do que a dívida interna. Nós passamos a pagar a Taxa SELIC internamente enquanto tínhamos uma dívida externa extremamente mais barata e financiada, o que também hoje... As reservas cambiais nossas em 220 bilhões de dólares, crescendo. Porque o Ministro Mantega pronunciou hoje de manhã que não vai tirar os incentivos fiscais para o ingresso de divisas de dólares no Brasil para os investidores estrangeiros que têm uma diferenciação odiosa com relação ao investidor brasileiro. Ele é beneficiado com uma renúncia fiscal, e cada vez mais vem dinheiro para dentro do Brasil. Alega S.Exa. o Ministro que o dinheiro não é especulativo, é um dinheiro para investimento. Nós não temos nada contra o dinheiro para investimento, mas gostaríamos que ele voltasse a tributar o dinheiro que vem para especulação, estabelecendo datas e prazos para ingresso desse dinheiro.

Os 220 bilhões de dólares são remunerados lá fora com uma taxa irrisória nessa faixa de 2%, 2,5% ao ano, enquanto nós estamos pagando aqui a dívida interna para sustentar aquela dívida lá fora. Porque quando se faz o balanço final da dívida interna e externa, verifica-se que há lá fora hoje quase 400 bilhões de reais, para uma dívida total federal. Porque a reserva lá fora é toda do Governo Federal. E eu peguei do Tesouro agora, na semana passada, o balanço mensal. A dívida líquida interna e externa do Tesouro Nacional: 720 bilhões. Quer dizer, nós estamos hoje com quase dois terços da dívida aplicados lá fora à elevada taxa de 2,5 e aqui dentro sustentamos a dívida lá de fora a 8,25, 8,75. E depois os nossos patronos da Nação brasileira acham graça da gente quando nós fazemos piada deles. Então, realmente há algo ininteligível. Eu honestamente não entendo essa mágica. Como economista, como homem público, como cidadão, como pai de família, como brasileiro, eu não entendo a necessidade de você ter um volume tão grande de recursos lá fora. Somos um país que tem hoje problemas imensos e um déficit público crônico, um déficit público crônico, crônico. Gastamos mais do que arrecadamos todos os anos — a soma da União, Estados e Municípios. E quero fazer justiça aos Municípios e aos Estados que têm feito um sacrifício e gastado menos. Quem tem gasto mais nesses últimos anos é o Erário Federal, o Governo Federal, que tem gasto mais, muito mais. Dos 3 pontos do PIB de déficit público



anual, a União Federal tem gasto 2 pontos do PIB, dois terços. E são entes federados. Então, o Governo arrecada 37 no Brasil — a União, Estados e Municípios — e tem gasto 40%.

Não adianta. Se você paga a dívida aqui e você endivida no gasto geral, evidentemente que essa dívida... Quem veio primeiro: o ovo ou a galinha? *“Ah, porque a dívida é lá do começo do século, da dívida de 1950, da Ponte Rio-Niterói.”* É nada! Toda essa dívida, todo ano, ela está sendo renovada com novas dívidas. E paga-se essas dívidas velhas. E tem essa mecânica.

E a nossa economista, a Sra. Dirlene, pegou bem no ponto do confronto dívida externa e dívida interna, no que está acontecendo. E, claro, aí é uma outra coisa. O Deputado Paulo Rubem Santiago pergunta ao Sr. Cláudio, do BNDES, a TJLP *versus* SELIC. O BNDES é uma agência do Governo, fomenta o desenvolvimento dentro da política econômica, política de fomento dentro das políticas públicas do País. Se o Governo determina que a taxa de juro que deve ser aplicada pelo BNDES é a TJLP, que é menor do que a SELIC, é uma decisão de política econômica, de política de desenvolvimento econômico nacional. Você financia as empresas, as máquinas, os equipamentos para o desenvolvimento, para geração de emprego. É uma decisão de Governo. De Governo.

Agora, eu quero dizer que a transparência, se fosse aplicada a legislação que existe há 10 anos no Brasil, há mais de 10 anos... A primeira lei de transparência de contas públicas do mundo na Internet é brasileira. Tem 10 anos. Está lá, o Governo não aplica, o BNDES não aplica. É para pôr tudo na Internet. Os principais movimentos. Então, lei nós temos no Brasil. Depois veio, 2 anos depois, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que também estabeleceu transparência. Então, a questão do BNDES, ele tem prejuízo ou tem lucro? Tem prejuízo ou tem lucro? Se tem lucro, como ele é uma empresa do Governo, uma autarquia do Governo, ela vai para o Tesouro; se tem prejuízo, o Tesouro é que paga.

O fato é que o BNDES usa o dinheiro do PIS/COFINS, do orçamento próprio. E agora com aportes de títulos e emissão de títulos, claro. E tem um pecado grave o BNDES: não investe em microempresa. Desculpe dizer, queria falar aqui na presença do Presidente do Banco: uma vergonha o que investe na micro e pequena empresa. O BNDES é o banco das grandes empresas. A microempresa no Brasil,



são 98 micro e pequenas empresas, 98% das empresas. Então, ela responde, claro, por 20% da formação do produto interno. Mas, se investisse nas microempresas pelo menos a proporção do tamanho delas no PIB, já estaria bom. Não investe.

Se nós queremos fazer do Brasil um país desenvolvido, temos que ter uma imensa classe média. Essa imensa classe média vai vir pela micro e pequena empresa. Se nós tivéssemos, ao invés de 20 do produto interno, 40 de microempresa, teríamos uma economia estabilizada, não estaria nas mãos das grandes empresas. Claro, precisaria também do fortalecimento do sistema de cooperativa, em que o Brasil ainda é incipiente. Cooperativa de crédito no Brasil não tem nem 3% do crédito ofertado no País. Você tem países desenvolvidos que têm mais de 50%. Então nós estamos engatinhando ainda em termos de cooperativismo. As cooperativas que mais evoluem no Brasil são as cooperativas de agroindústria. Um sofrimento muito grande, mas hoje temos uma estabilidade nessa área de cooperativas, o que também é uma forma de enfrentarmos o grande capital nacional e transnacional.

O que nós vimos aqui hoje, só fazendo as colocações do que me foi resumido da apresentação dos senhores: o BNDES, com relação a transparência, é claro, mas com relação ao lucro e ao prejuízo, e os enfoques que eu acabei dando, derivando um pouco, em verdade, e agradecendo muito ao Conselho Federal de Economia e agradecendo ao BNDES a presença nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Entendo, Deputado Luiz Carlos Hauly, que V.Exa. não fez nenhuma pergunta, só fez colocações...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Está bem. Então eu vou passar a palavra inicialmente ao Sr. Cláudio Figueiredo, para poder responder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Ah, sim. É porque ele é o autor do requerimento. Mas vamos deixar então fazer mais uma pergunta aqui. O Deputado Ernandes Amorim é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, senhores convidados, nobres colegas Deputados, na verdade achei de grande importância a criação desta CPI, porque eu não tive oportunidade de conversar com as pessoas



do BNDES, de ver a transparência, que não existe dentro do BNDES. Como Deputado Federal, requeri informações em relação aos financiamentos feitos àqueles grupos de frigoríficos, grupos esses falidos, devendo o que não deveriam dever, com critérios não sei quais, entendeu?, que emprestam dinheiro a esses grupos.

Pedi informações, disseram que Deputado não poderia ter informações, que só uma CPI poderia ter essas informações. À Comissão de Agricultura eu requeri uma comissão, ou melhor, à de Fiscalização e Controle aqui da Casa. Requeri que fosse feito um levantamento, uma comissão para ir ao banco levantar o que eu queria saber. Aí encaminharam para o Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas aprovou o meu requerimento, quando foi aprovado aqui na Casa, para buscar essas informações. E muitas vezes eu fico preocupado em saber se o BNDES é um banco político, é um banco de investimento ou é um banco de mutretas, porque, se tem uma empresa que está quebrada, a exemplo de frigorífico... Há poucos dias aconteceu com o frigorífico Independência. O frigorífico quebrou. Comprou 200 milhões de gado na praça, não pagou, e, mesmo quebrado, foi à praça vender título. Vendeu 100 milhões, não sei quantos milhões de títulos, e, mesmo quebrado, foi ao BNDES, e o BNDES emprestou dinheiro a esse grupo.

Por outro lado, o outro grupo que se juntou aí agora... São grupos devedores de imensas quantias, impagáveis, e esses bancos elogiam o Governo, discutem até questão ambiental, como saiu agora na revista *Época*, e estão de portas abertas com o Governo Federal para receber mais dinheiro. Então, Sr. Presidente, nessa Comissão de que eu participo, uma das coisas que eu tenho interesse de verificar é o que fazem com o dinheiro do trabalhador e por que esse desperdício de dinheiro, sem critérios. Imagine que tem crime — as pessoas movimentam dinheiro de instituição —, crime financeiro, e ninguém foi ainda enquadrado no BNDES.

Eu encaminhei documento à Procuradoria da República, encaminhei documento à Ministra da Casa Civil, eu encaminhei documentos à Polícia Federal, a tantos órgãos eu encaminhei documentos buscando averiguar, ou informações por parte do BNDES. Então esse negócio de dizer que tem transparência, isso é falta de verdade. Não existe transparência no banco. Cem bilhões que nós aprovamos lá há poucos dias não foi dito que era para ir para a PETROBRAS, para onde foi. Já



tivemos oportunidade de até buscar informações de onde foram distribuídos esses 100 bilhões, porque, após esses 100 bilhões, já se aprovaram mais 46 bilhões. Como fica o dinheiro da Nação, o dinheiro do trabalhador? Um banco trabalhando à revelia da lei. Quer dizer, do modo que bem interessa. Se é conta minha particular, todo mundo sabe o que eu comprei, o que eu gastei. Aí sim! Aí tem transparência. Agora, um banco que trabalha com o dinheiro meu, do povo, do trabalhador, da União, da Nação, esse banco não pode ninguém saber o que acontece nas contas dele!

Eu fiz um requerimento agora a esta Comissão, que está para ser colocado em pauta para votar, no qual estamos solicitando informações de quantos frigoríficos já receberam financiamento do BNDES nos últimos 10 anos, financiamento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Quais os financiamentos em vigor, linhas de crédito, prazos de financiamento, carências desses financiamentos concedidos, quais os juros, quais as garantias reais oferecidas e se receberam incentivos fiscais e em que Estado e Município estão instaladas essas empresas.

Esse requerimento está para ser votado nesta Casa. Só através deste requerimento, via CPI, nós vamos ter todas essas informações, Sr. Presidente. Eu espero que o Presidente da Casa já... O Presidente da Comissão ficou de colocar em votação.

Não só pelo Tribunal de Contas, mas através desta CPI nós vamos ver o que é que o BNDES faz com esse dinheiro e porque esses empréstimos gratuitos que faz a um grupo de frigoríficos que dominam, que estão falidos, quebrados, e usam o nome do BNDES, usam o nome do Governo para comprar bancos em outros países, e esses tais frigoríficos nem as contas pagam.

Então, eu quero ver de quem é essa responsabilidade dentro do BNDES de dar, de jogar fora, de desperdiçar, de cometer crime com o dinheiro do banco. Essas informações é que nós precisamos esclarecer.

Se, por ventura, os representantes do BNDES nos informarem quanto devem esses 3 frigoríficos e quando venceram essas dívidas e qual a garantia real que têm apresentado esses bancos para tomarem essa quantia vultosa de dinheiro, eu ficaria praticamente satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Ernandes Amorim.

Vou passar a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer para fazer também as suas indagações.

(Falha na gravação.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Olha, fique aqui, Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Acho que não estava gravando nada. É melhor começar tudo de novo a sua pergunta. Aliás, a gente aprende mais um pouquinho.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Vamos começar do começo, então.

Bem, eu estava dizendo que, em termos proporcionais, a nossa dívida é inferior, por exemplo, à dívida americana, que é duas vezes o PIB, e que o PIB americano é de 13 trilhões de dólares. Apesar de ela ser líquida, nós pagamos os juros sobre o valor dela bruto. E é o que acaba entrando no Orçamento.

Então, eu penso que o maior problema que nós temos hoje com a dívida é o que fazer com os juros que nós pagamos todo ano. E a gente vê números aí passando de 100 bilhões por ano em pagamento de juros. Quer dizer, é preciso criar todo ano um esforço extraordinário de orçamento, um superávit primário para a gente pagar a dívida pública, o juro da dívida. Sim, nós tínhamos que ver o que nós vamos fazer.

E há algumas coisas que são crimes, quando a gente fala. Eu li esta semana no jornal que o Governo inglês está se desfazendo de 17 bilhões de libras, ou de euros — algo assim —, vendendo para reduzir a sua dívida, em função da crise econômica que ele tem. Então, ele está desimobilizando.

Nós só temos duas formas de equilibrar ou de dar um ajuste na nossa situação de dívida pública: ou um alongamento do nosso perfil de dívida, que é algo em que eu não acredito muito, até porque as taxas são altas — nós praticamente... com 8,75%, que é uma taxa de *hot money*, que vai acabar nos onerando cada vez mais —, ou a gente conseguir dispor de algum tipo de ativo para poder pagar a dívida. E esse discurso, hoje, é difícil de você colocar até para a opinião pública.

Então, não tem outra alternativa: nós temos que alongar a nossa dívida. E, para alongar a nossa dívida, nós temos que fazer algo que nós, Oposição, temos



criticado sistematicamente aqui nesta Casa: não há forma de reduzirmos os juros e conseguirmos alongar nossa dívida se não tivermos o equilíbrio entre despesa e receita. E todo ano temos déficit, 2%, 3%, que, somado com a carga tributária de 37%, então nós temos 40% do nosso PIB, entre carga tributária e mais o déficit. Então, é reduzir para poder baixar juro e poder alongar. E, isso, não há nenhum horizonte na frente para que a gente possa ver isso.

Eu vi o Haully falando sobre a nossa reserva, que está muito alta. E ela praticamente se formou, nos últimos 2 anos, em função da emissão para fazer frente à entrada de dólares. Quer dizer, emissão de títulos aqui, no Brasil, aumentou a dívida, para poder comprar dólares e deixar lá fora, porque senão, certamente, na situação do câmbio, estaria pior ainda. Que, aliás, é um dos grandes problemas que nós temos hoje a enfrentar na nossa economia: desatar o nó do câmbio. Como fazer com uma enxurrada de dólares que está entrando, o dólar a 1,72, ontem, se não me engano...

Eu vi uma entrevista do Gustavo Loyola no *Estadão* de hoje dizendo que o dólar poderá chegar a 1,60. Como é que nós vamos fazer frente às nossas exportações, a carne brasileira, a soja, as *commodities* agrícolas que nós temos que exportar? Quer dizer, nós vamos ter um sistema de desindustrialização do Brasil, como aconteceu com a Argentina e alguns outros países que deixaram essa tese acadêmica do dólar flutuante continuar correndo. Quer dizer, ela é possível, mas para países que têm estrutura.

Nós, por exemplo, estamos enfrentando, na política de câmbio, um leão bravo; nós estamos enfrentando ele com uma espingardinha de pressão. Quer dizer, ameaçando comprar um pouco de dólar para deixar que ele caia menos. Mas não tem jeito: ou o Banco Central entra firme mesmo, comprando dólares para evitar que ele caia, ou toma atitudes, por exemplo, que, no meio da crise, ele poderia ter continuado a comprar dólares para fazer o dólar subir um pouco mais, para evitar uma queda maior agora, mas nada faz isso. E as exportações são extremamente importantes para o nosso País — qualquer economista sabe disso. Se nós não exportarmos, nós não produzimos e, não produzindo, nós comprometemos emprego. Então, é uma situação grave.



Ou, então, sair do dólar flutuante e ir para um outro mecanismo, ou criar um sistema de compensação para os nossos exportadores. Mas é algo dramático que nós temos que resolver: a situação do dólar perante os nossos exportadores.

Mas eu queria perguntar ao Cláudio, do BNDES, se ele sabe quanto é o total da carteira de ações que o BNDES tem com ações de empresas em bolsa. E aí eu emendo a pergunta: por que é que o BNDES não roda mais a sua carteira de ações, principalmente as listadas em bolsa, que certamente ele faria frente neste momento? E nós não precisaríamos ter colocado 100 bilhões de reais do Tesouro, emitindo título e aumentando a sua dívida, para colocar no BNDES.

Será que nós não poderíamos ter vendido boa parte da carteira de ações do BNDES? E aí eu faço uma outra pergunta: será que essa carteira, hoje, não está em desequilíbrio e, se fosse vender, ela daria prejuízo? Eu temo que deve ter sido essa a razão de o BNDES não ter vendido a sua carteira.

Outra pergunta que eu faço: por qual razão o Tesouro — se o Cláudio sabe disso... Nós passamos 25 bilhões de reais, tiramos do Tesouro e passamos ao BNDES, para daí ele injetar na PETROBRAS. Essa operação não poderia ter sido direta do Tesouro, via capitalização ou outro instrumento?

Por que eu faço essa pergunta? Porque a gente sabe que a Basileia faz com que o BNDES, nessas condições, também se equipara à Basileia, e a capacidade de alavancagem dela, com 25 bilhões que ela vai emprestar ao BNDES, ela compromete. Então, por que esse recurso para a PETROBRAS não foi direto ao Tesouro, ou com troca de ações, ou coisa parecida, desse gênero? Nós não teríamos evitado essa triangulação e ter economizado um bom volume de recursos?

Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Agradeço ao Deputado Alfredo Kaefer.

Eu vou passar a palavra agora ao nosso Relator *ad hoc*, que queria fazer umas considerações. Depois passarei a palavra imediatamente ao Sr. Cláudio Figueiredo e, depois, à Sra. Maria Dirlene.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado Haully, eu já tive oportunidade de me pronunciar aqui e disse que o Conselho de Economia focou 2 pontos que eu acho interessante passar para o Relator titular, Pedro Novais, que foi



a questão da recompra de títulos, que era de 4 a 6 por título superior a 8% e a troca da dívida externa pela interna, indexada à SELIC, e isso fez com que a dívida se avolumasse. E o mais, a questão da transparência. São coisas relevantes que eu vou passar para o Relator.

Não fiz a pergunta para o BNDES, porque não atendeu ao requerimento de V.Exa. V.Exa. queria a presença do Sr. Luciano Coutinho, porque ele foi consultor da chamada Nova República, e qual era a opinião pessoal dele, que não se pode dar uma opinião pessoal através de um outro. Então, eu dispensei, mas elogiei aqui o comercial que o BNDES fez, aplicando em alguns pontos muito bons.

Já a pergunta que o Deputado Ernandes Amorim faz se prende muito a sigilos bancários, que, às vezes, ficam impossibilitados de o BNDES...

Então, eu me coloco dizendo que o BNDES, se não quiser responder... Porque eu não levarei em consideração, a não ser quando for aprovado o requerimento do Sr. Deputado, que a gente possa tratar disso.

Mas quero dar um depoimento, Deputado. Eu pertenci ao sistema BNDES, através de agências do BNDES, por mais de 20 anos, e acho que é o órgão mais transparente deste País, porque presta contas, tem balanços publicados... Claro que aquilo que está sob sigilo bancário não se pode realmente... Aí é uma outra lei que ele não pode dizer quanto é que ele financiou, quais são... Mas se cerca de análises, se cerca de pareceres técnicos, se cerca de garantias, de bons cadastros para poder dar o financiamento.

Então, eu não levarei em frente, porque o seu requerimento ainda vai ser apreciado pela Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - No caso a que me refiro é porque tem fortes índices ou notícias de que frigoríficos devem 3 bilhões, continuam tomando dinheiro do banco e não têm, não oferecem patrimônios, garantias reais. O que nós queremos desse sigilo bancário é saber onde está a verdade. Como representante do povo — como foi dito pelos representantes do BNDES, principalmente pela doutora —, eu represento um segmento. Estou fazendo defesa



de empresas, principalmente quando são pequenas empresas. Porque, como disse o Deputado Haully, o BNDES costumou dar dinheiro só para grandes empresas. As pequenas, o produtor, o pequeno pecuarista, esses não existem. Embora seja dinheiro parte do trabalhador. E não tenho visto isso. É preciso acabar com essa coisa de sigilo — sigilo em cima de sigilo —, até porque o dinheiro é público, o dinheiro é do povo. O dinheiro, no caso de um empreendimento, de um investimento qualquer, de um empreendimento desse, teria que se saber. Aliás, o dinheiro, 100 bilhões que o Governo creditou ao BNDES, deveria a Casa já saber, quando nada, a maioria desse dinheiro, para onde foi. Eu agora é que venho saber que parte desse dinheiro, a maior parte desse dinheiro foi para a PETROBRAS, órgão que talvez não merecia investimentos, até porque produz muito, dá muito lucro. Deixa-se de financiar a parte produtiva, de modo geral, em escala menor, para jogar uma quantia mensurável dessa na PETROBRAS. Mas se continuarem os nossos trabalhos, eu vou ter essas informações, a rigor, até porque o Tribunal de Contas da União está lá dentro, e não só vou receber pelo Tribunal de Contas da União, como vou ver pelos trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Ernandes Amorim.

Passo a palavra ao Sr. Cláudio Figueiredo Leal, para responder às perguntas.

O SR. CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - Obrigado, Deputado. Eu tomei nota de 3 pontos que me parecem importantes abordar.

Com relação à transparência, eu faço minhas as palavras do Deputado Pedro Fernandes. Realmente, o BNDES... Quer dizer, na questão do sigilo bancário, no BNDES o B é de banco. Então, ele está sob a supervisão do Banco Central, e devo dizer que é uma supervisão muito rígida, muito ativa, muito periódica. Frequentemente — e aqui eu falo como superintendente da área de crédito —, a gente é sistematicamente chamado a explicar por que um relatório cadastral, por exemplo, tem tais e tais apontamentos e não tem outros. O processo de concessão de crédito é um processo... Interessante como as percepções são diferentes.

Se os senhores perguntarem aos empresários, a percepção vai ser de que o processo é lento, moroso, complicado, burocrático e difícil de se obter o crédito, porque passa por um verdadeiro corredor de comitês, de colegiados. As decisões



são todas conjuntas. A varredura cadastral é uma varredura muito ampla, e isso se traduz num número de balanço, que a gente nem menciona com muito orgulho, porque também pode suscitar... É tão rigoroso na concessão de crédito, que isso acaba explicando. Mas o fato é que o BNDES tem o menor índice de inadimplência do setor financeiro. O menor índice de inadimplência no setor financeiro: 0,15% da carteira de crédito. É um número muito baixo. Mas tem TCU, tem CGU, tem o próprio CODEFAT, que examina as contas dos empréstimos. Então, é assim: auditoria de todos os lados. O que é possível informar é que não fira sigilo bancário. Certamente, o BNDES o fará com o maior prazer.

Com relação ao acesso a micro, pequenas e médias empresas, isso é uma verdadeira obsessão do nosso Presidente. Aqui não se trata de *mea culpa*. Na verdade, é uma constatação. O BNDES, operacionalmente, tem aquela agência no centro do Rio de Janeiro, é a única no Brasil, e, portanto, não dispõe de capilaridade para atingir o segmento de micro, pequenas e médias empresas, e faz isso através da sua rede de agentes financeiros repassadores de recursos. E não só o faz de forma passiva, como exigem dos seus agentes financeiros que o façam. Quer dizer, a concessão de limite de crédito que o BNDES dá para os bancos é tanto maior quanto maior for o apoio às MPMEs. Se um determinado banco solicita uma linha de crédito para repassar recursos do BNDES — vou dar exemplo aqui de 100 —, o BNDES examina esse banco, concede os 100, mas estabelece que 30% ou 40% desse valor têm que, necessariamente, ir para micro, pequenas e médias empresas. Se não forem, ele não vai ter... na renovação desse limite, ele vai ser penalizado. Isso é uma maneira de realmente forçar.

Então, os números... Eu não vou ter de cabeça os números absolutos, mas, antes de ir para a área de crédito, eu trabalhei na área de operações indiretas, que lida exatamente com operações, por exemplo, do FINAME, de aquisição de máquinas, de equipamentos, de caminhões. Os números de FINAME, este ano, devem estar na casa de 20 bilhões de reais. Isso para um orçamento de desembolso de cerca de 100, cento e pouco. Muito disso concentrado em micro, pequenas e médias empresas.

Então, é claro que, como o banco está crescendo muito, e tem muitos projetos do PAC, em termos relativos, pode ser que a MPME continue do mesmo



tamanho, em relação ao desembolso. Mas os números absolutos vêm crescendo muito. Inclusive, a gente tem recebido novos credenciamentos de agentes financeiros, porque uma ação, também, que tem um papel fundamental do Presidente é a reconstrução do sistema de agências de fomento e bancos de desenvolvimento, que foi destruído ao longo do tempo. Foi destruído. E o Presidente está pessoalmente empenhado em reconstruir esse sistema em novas bases, com o apoio forte do BNDES.

Também não preciso entrar em detalhes, mas a crise econômica, que afetou o crédito em geral, afetou com muito mais gravidade quem já tinha dificuldade de acessar crédito. Estamos falando das MPMEs. Uma das iniciativas do BNDES para tentar mitigar esse risco foi a criação de um fundo garantidor, que eles chamam de FGI — Fundo Garantidor de Investimento, que, na verdade, faz o que o nome sugere: ele é um fundo público, teve aporte do Tesouro, vai ter aporte dos bancos repassadores, teve aporte do BNDES. É um fundo privado, com governança qualificada, que tem por objetivo prestar garantia nas operações de crédito exclusivamente para micro, pequenas e médias empresas. Então, determinado banco que queira emprestar para uma microempresa, um segmento mais arriscado, pode solicitar a cobertura do risco de crédito desse fundo.

O fundo já está aprovado e deve se tornar operacional nas próximas semanas. É uma iniciativa... É um fundo muito grande, muito grande. Ele teve um aporte de cerca de 500 milhões de reais do Tesouro; um aporte em ações. O BNDES é o gestor desse fundo. O fundo permite uma alavancagem que, nas nossas contas, pode chegar a cobrir operações no valor de cerca de 30 a 40 bilhões de reais; todas elas para micro, pequenas e médias empresas. De novo: essa é uma obsessão do Presidente, é o desafio que se tem para atingir o segmento.

Com relação à carteira da BNDESPAR... Essa carteira, Deputado, é girada de tempos em tempos — também não vou ter os números na cabeça. O valor de mercado dela é superior ao valor contábil, até porque o BNDES tem participações já muito antigas. Então, o valor contábil não reflete a valorização que elas tiveram no mercado. Agora, esse giro da carteira tem um limitador do tamanho do mercado. Quer dizer, como são participações relevantes, empresas, a venda depende de uma série de circunstâncias e de *times* que exigem uma programação. Não é possível,



num determinado mês em que haja escassez de recursos, por exemplo, o BNDES decidir: vamos vender uma participação. Isso aí é aquilo, assim, meio... Tem de combinar com o Becker que tem de ter um comprador. Mas, independentemente disso, o giro é muito alto. É na casa de bilhões de reais, todo ano. Há desmobilizações, mas também, por outro lado, há aquisições. Isso são informações que podem ser obtidas nas notas explicativas de balanço.

Por que o Tesouro não emprestou diretamente à PETROBRAS? Eu não vou saber responder essa pergunta. Suponho que o empréstimo do Tesouro à PETROBRAS seja um empréstimo de um acionista controlador da sua empresa, e isso deve ter restrições legais. Seria, na verdade, um mútuo do controlador com a empresa. A alternativa que o senhor mencionou seria um aporte de capital. Isso está nos jornais. Acho que está em via de acontecer. Mas eu não tenho nenhuma informação sobre o andamento dessa operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Passo a palavra imediatamente à Sra. Maria Dirlene, do Conselho de Economia.

A SRA. MARIA DIRLENE TRINDADE MARQUES - Srs. Deputados aqui presentes, vou insistir na questão que eu tinha dito antes: que eles podem fazer história nesta CPI. Primeiro, o objetivo da CPI é levantar a história do endividamento brasileiro desde os anos 70 para verificar os ganhos e os prejuízos obtidos pelo Estado nesse período; portanto, do povo brasileiro.

Além disso, eu acho que os Deputados, ao fazerem essa história, estariam acompanhando uma luta dos movimentos sociais, que, todos aqui devem lembrar, em 2000 fizeram um plebiscito da dívida e conseguiram mobilizar todo este País. Então, acho que nesse sentido também eles vêm responder bem a questão.

Agora, o Sr. Deputado falou que a dívida é inquestionável. Esse é exatamente o sentido desta CPI. Nós estamos querendo levantar se o que foi feito sobre essa dívida tem legalidade e tem legitimidade.

A legalidade, mesmo no passado, é importante até para corrigir para o futuro. Quer dizer, obviamente, além de punir aqueles que foram responsáveis... Eu acho isso importante, mas não é isso o mais importante. Eu acho que o mais importante é a gente fazer história para o futuro, de forma que esses erros não possam mais ser cometidos.



Agora, tem também a discussão da legitimidade da dívida. Porque ela está legalizada no papel não quer dizer que ela seja legítima. É essa discussão, uma discussão importante, que um espaço como este, a Câmara dos Deputados, deve fazer.

A outra questão, que foi também levantada pelo Deputado Alfredo Kaefer, é que a única saída para o ajuste seria fazer o alongamento ou dispor de ativos para pagar a dívida, como ele aqui levantou. E aí levanta a discussão das privatizações.

É claro que nós sabemos bem que na nossa história, a história brasileira mais recente, dos últimos 15 anos, dos últimos 20 anos até, foram privatizadas as maiores empresas brasileiras, e não se pagou a dívida. Então, a privatização não é uma saída. Pelo contrário, mostrou que leva ao endividamento, na medida em que entrega as riquezas brasileiras para o capital internacional. E aí, sim, provoca mais endividamento. Então, essa discussão das privatizações mostrou concretamente que não é real.

Aliás, aqui do lado está sendo feita a discussão sobre o pré-sal. Há a luta dos movimentos sociais com setores outros que propõem que seja entregue à PETROBRAS o pré-sal; que 95% disso sejam entregues às grandes empresas petrolíferas. Também isso não faz parte das lutas do povo brasileiro.

Quanto à questão que também o Deputado levanta de reduzir os gastos do Governo para poder viabilizar, pagar essa dívida, nós aqui levantamos outra questão. Nós achamos que devem ser investidos esses gastos, devem ser feitos investimentos concretos na sociedade brasileira, investindo em educação, saúde, trabalho. Aí, sim, gerariamos novas riquezas, que podem, com muito mais condições, pagar toda essa dívida.

É o seguinte: nós não queremos pagar toda essa dívida. Por isso a importância de fazer uma CPI e depois fazer, efetivamente, o levantamento do que o Brasil deve pagar ou não. Então, esta CPI se torna fundamental para poder dar conta desse processo.

Quer dizer, de fato, ela tem legalidade? Tem legitimidade? Dentro da legalidade e da legitimidade, o que deve ou não ser pago? Essa é a discussão que a CPI deve fazer. Se aqui não for o espaço para fazer isso, eu acho que nós estamos equivocados, quando colocamos que esta é a Casa do povo, que os Parlamentares



foram eleitos pelo povo e, portanto, estariam buscando a correspondência dos seus objetivos com os objetivos do povo brasileiro.

É nesse sentido que a gente veio aqui trazer essa que é uma luta histórica do povo brasileiro. Se formos ver no orçamento do ano passado, pagaram-se 30 bilhões de juros de amortização e apenas 2,6 bilhões de educação. Aliás, desculpem-me, em termos percentuais. Essa também não é a nossa... Nós acreditamos que educação, saúde e trabalho fazem parte do investimento necessário para que a gente possa construir uma sociedade mais justa e igualitária. Não é pagando juros e amortização das dívidas que vamos conseguir isso.

Então, nesse sentido é que a gente vem aqui, acreditando que estes Parlamentares, que os Parlamentares que hoje estão aqui vão ser sensíveis a essa nossa luta histórica, que vai reivindicando que torne público, que torne transparente... que mostre a legalidade e a legitimidade desse processo, para que a gente dê conta de construir uma nova nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Muito obrigado, Sra. Maria Dirlene.

Já estamos sendo comunicados aqui de que está iniciando a Ordem do Dia. Mas, por condescendência, persistência, insistência e a manifestação sempre providencial do Deputado Ivan Valente, nós vamos abrir aqui para S.Exa. poder se manifestar, fazer suas indagações e até mesmo sua defesa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, me desculpar por não poder estar presente aqui fisicamente — mentalmente estou, porque sou autor da CPI — neste momento, por causa do debate que está ocorrendo e a eleição da Presidência e da Relatoria da Comissão que muda toda a legislação brasileira ambiental. Então, tive de ficar preso lá.

Mas quero fazer um agradecimento aos nossos colaboradores que vieram aqui à Comissão hoje, ao Cláudio Figueiredo Coelho Leal. Eu não sei se o Hugo Leal, que é o terceiro Presidente que assume a Mesa hoje, botou um nepotismo aí na Mesa: 2 Leais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não é. Não tem nada a ver.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Poderia até ser, porque ele é gerente de crédito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aí ajudaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Poderia já apresentar. Mas não é.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é.

E a Maria Dirlene, do Conselho Federal de Economia... Espero que os senhores tenham dado — certamente deram — uma contribuição importante para a nossa Comissão.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção para uma coisa. É o seguinte: na semana passada nós tivemos o mesmo problema de fazer a audiência. Posteriormente nós vamos votar os requerimentos. Então, eu pediria a V.Exa. que votasse os requerimentos em globo, porque são requerimentos que, no geral, são de vários Parlamentares...

A Comissão precisa avançar, particularmente, nas informações. Nós temos dificuldades para cumprir... Ou então nós mudamos, Deputado Kaefer, o horário de funcionamento da CPI. Quer dizer, passamos para quinta-feira de manhã. Vamos fazer um horário, senão nós não vamos conseguir nem votar requerimento mais aqui.

Então, peço a V.Exa. que, como Presidente, com plenos poderes, coloque em votação em globo os requerimentos que estão na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu vou, primeiro, agradecer aqui a presença aos expositores, Sr. Cláudio Figueiredo Coelho Leal e Sra. Maria Dirlene Trindade Marques. Eles já estão dispensados. E nós faremos o debate dos nossos requerimentos.

Então, agradeço a presença ao Sr. Cláudio e à Sra. Maria Dirlene.

Vamos analisar a proposta do Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Deputado Ivan Valente, eu estava fazendo uma análise dos requerimentos de V.Exa. Eu, particularmente, como Presidente, não vejo nenhum óbice, até porque não está... Aqueles requerimentos... Nós poderíamos fazer o seguinte: quanto àqueles requerimentos em que estão sendo feitos pedidos de informações, nós podemos deliberar; quanto àquele requerimento que for para convocação de



instituições ou pessoas, aguardaremos. Entendo que essa é uma forma salomônica de nós podermos avaliar essa questão, porque na convocação eu acho que poderíamos ter alguma dificuldade.

Vou ouvir uma informação da assessoria. *(Pausa.)*

Quanto ao Requerimento nº 1, que fala sobre informações do Ministério da Fazenda e da Câmara Municipal de São Paulo, à disponibilização desta Comissão, não vejo motivação para poder retirá-lo.

O Requerimento nº 2 também é sobre informação. O Requerimento nº 42 também trata de informação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Está bem.

Então, aquela parte que estiver prejudicada, o banco mesmo informa que foi prejudicada. São as letras “e” e “f”. Nós aprovaríamos os Requerimentos nºs 39, 40 e 42.

Quanto ao Requerimento nº 43, estou sendo informado, Deputado Ivan Valente, de que não se pede requerimento de informações para a própria Câmara. Então, não precisamos apreciar o Requerimento nº 43, porque essas informações já estão aqui. Então, o Requerimento nº 43 fica prejudicado.

Colocaríamos para análise o Requerimento nº 46, que também é sobre informações acerca de emissões de títulos de dívida imobiliária externa. O restante são convites que V.Exa. está fazendo.

Tem o Requerimento nº 44, que requer ao Banco Central, à disponibilização desta Comissão, no prazo de 15 dias, informações adicionais para atendimento do processo de endividamento.

Então, colocaríamos em votação e para aprovação os Requerimentos nºs 39, 40, 42 — o 43 está prejudicado — 46 e 44.

No Requerimento nº 42, itens “e” e “f”, as informações estão prejudicadas, porque já foram atendidas aqui pelo Banco Central. Então seriam os itens I, II, III — o IV está prejudicado — V e IX. Colocaríamos em votação os itens I, II, III, V e IX. E o IV está prejudicado.

Alguém quer usar a palavra para defesa dos requerimentos? *(Pausa.)*

Então, vamos colocar em votação.



Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Os demais requerimentos, que tratam de convocação de pessoas, nós iremos deliberar na próxima pauta, exatamente por haver algum tipo de discordância.

Agradeço a presença a todos. Convoco os Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 21 de outubro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.